



NA JUSTIÇA

O Ministério Público de Minas Gerais pede o cumprimento provisório de sentença para que a mineradora Vale realoque famílias que vivem em imóveis ameaçados de desabamento devido às obras de descaracterização do Sistema Pontal, em Itabira



Foto: Tatiana Linhares/ATI/FIP



O incansável trabalho na busca pelo direito à reparação integral das pessoas atingidas por barragens

Péricles Mattar é gerente de Projetos da Fundação Israel Pinheiro desde 2005, onde desenvolve iniciativas nas áreas de Patrimônio Cultural, Resíduos Sólidos Urbanos, Planos Diretores Participativos, Regularização Fundiária, Habitação de Interesse Social e Áreas de Risco. Atualmente, é coordenador da ATI/FIP, em Itabira

Quando a Assessoria Técnica Independente (ATI) da Fundação Israel Pinheiro (FIP) iniciou efetivamente os trabalhos em Itabira, em outubro de 2023, o cenário encontrado era de desconfiança, dúvidas, medos e inseguranças. Escolhida, por meio de chamamento público e processo de escolha da ATI, conduzidos pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), com votação, como reza a Lei 23.795/21 que instituiu a Política Estadual das Pessoas Atingidas por Barragens (PEAB), pelo conjunto das pessoas atingidas pelas obras de descaracterização e descomissionamento das barragens do Sistema Pontal, a ATI/FIP surgiu como um ponto de clareza e esperança no processo da Ação Civil Pública (ACP), movida pelo Ministério Público, contra a Vale.

Ao longo de pouco mais de um ano de atuação, a equipe técnica multidisciplinar da ATI/FIP construiu laços de proximidade e confiança com os moradores dos bairros Bela Vista, Nova Vista, Jardim das Oliveiras e Praia. A presença da Assessoria Técnica Independente possibilitou, apesar de todas dificuldades interpostas, levar às pessoas atingidas, em linguagem popular de fácil entendimento, o acesso a informações relacionadas às obras realizadas pela mineradora, incentivo à luta contra as violações de direitos e a coleta de dados, por meio da produção de documentos técnicos que possibilitam a produção de

provas a serem entregues às instituições de Justiça, para que sejam construídos os melhores caminhos para a reparação dos danos que essas pessoas estão sofrendo.

Apesar de cumprir com suas obrigações legais com relação ao descomissionamento de barragens, a Vale ainda demonstra muita resistência para tornar a relação com as pessoas atingidas mais próximas. Não à toa, entre as muitas conquistas dos moradores, está a formação de um grupo de representantes que, mensalmente, reúne-se com o Ministério Público e com a Vale para expor os danos que seguem sendo causados e negociar soluções.

Ainda assim, as pessoas atingidas e a ATI/FIP seguem encontrando resistência e informações desencontradas nas ações realizadas pela mineradora. As falhas de comunicação, o fornecimento de dados insuficientes, a realização de ações que não são previamente informadas e a demora na resposta aos questionamentos continuam sendo parte da relação com a Vale.

Em contrapartida, as pessoas atingidas estão cada dia melhor preparadas no que

diz respeito ao processo de reparação. Por meio das reuniões semanais organizadas pela ATI/FIP, eles puderam entender a importância da sentença positiva, recentemente deferida pela 1ª Vara Cível da Comarca de Itabira. Na decisão, o judiciário reconhece os impactos diretos causados pela mineradora à vida das pessoas, bem como os prejuízos patrimoniais e sociais, além de danos à saúde física e mental infligidos às comunidades próximas ao Sistema Pontal.

Assim, a transparência e o diálogo entre ATI/FIP e Ministério Público têm sido fundamentais neste ano de trabalho. A atuação da ATI é focada em provocar a consciência sobre os direitos dos atingidos e aumentar a participação informada no processo de reparação integral. É essencial ouvir diretamente a voz dos moradores e da população. A mineradora fala muito de como será a Vale do futuro, mas, infelizmente, ela ainda carrega muitos defeitos do passado porque, em nome do seu poderio econômico, ela se coloca acima da lei. É preciso entender a importância de mudar a postura e aceitar que há um novo marco legal, tanto para a questão da Segurança das Barragens, quanto para a participação informada das pessoas atingidas nestes processos. Quanto antes a mineradora propor decisões mais definitivas, melhor para a própria empresa e para a comunidade.

“A equipe da ATI/FIP construiu laços de proximidade e confiança com as pessoas atingidas”

EDITORIAL

Sistema Pontal: Ministério Público bota ordem no caos

Seria trágico, não fosse desumano. A precária situação de famílias na área do depósito de contenção de rejeitos do Pontal é um insulto ao bom senso. Nesse contexto, a mineradora Vale revelou a faceta mais cruel do sistema financeiro. O nababesco lucro é mais importante que a preservação da dignidade humana. A empresa parece desconhecer os direitos fundamentais dos cidadãos. A trágica realidade escancara o equivocado gerenciamento de uma crise social de intensa magnitude.

A exploradora de minério fez vista grossa diante de um cenário de caos. Os proprietários de cerca de 22 imóveis foram tratados como material descartável ou algo muito próximo de rejeito. A pantanosa localidade (Pontal) rima natural e espontaneamente com insalubridade. Ali é o exemplo típico de onde não se deve viver.

Os habitantes dessa região são vítimas do “sistema” em dose dupla. Primeiro porque convivem diuturnamente com o pesadelo da presença de ameaçadora barragem. E, depois, sofrem

as consequências das intermináveis obras de descaracterização da extremidade final da atividade industrial. A priorização de um trabalho estrutural de engenharia em detrimento da qualidade de vida é uma demonstração de falta de respeito elevada à enésima potência. Mas essa existência é assim mesmo.

No auge do desespero — quando tudo parece definitivamente perdido — aparece improvável luz no fim do túnel. O “intenso sofrimento físico e psicológico” paradoxalmente sensibilizou o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A instituição botou o dedo na ferida e promoveu iniciativas pragmáticas para estancar a hemorragia da omissão.

O MPMG foi ágil, preciso e cirúrgico. As medidas emergenciais recomendadas pelo órgão público colocam as personagens para interpretar os seus verdadeiros papéis nesse picadeiro social. A transnacional brasileira terá que arcar com as ações necessárias para promover o bem-estar e qualidade de vida. Já os moradores foram beneficiados pela ação incisiva dos responsáveis pela fiscalização e manutenção dos direitos elementares da população. Enfim, pintou luz no final do túnel. Antes tarde que nunca.

“A transnacional brasileira terá que arcar com as ações necessárias para promover o bem-estar e qualidade de vida”

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Giovanna Victória
Guilherme Guerra
Jardel Mendes
Sara Zeferino

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Tatiana Linhares/ATI/FIP
Entrevista: Giovanna Victória/DeFato Online

Gerente de Produção
Marina Colombo
ope@defatoonline.com.br

Gerente Financeiro
Cleise Martins
financeiro@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

Mineração e direitos humanos: atuação de Giuliana Fonoff em face às obras de descaracterização do Sistema Pontal em Itabira

A promotora do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) comenta sobre os desafios da instituição sobre a questão das barragens na cidade

Foto: Giovanna Victória/DeFato Online

Giuliana Talamoni Fonoff é titular da Segunda Promotoria de Justiça de Itabira. Ela concentra seu trabalho em áreas sensíveis e interligadas: meio ambiente e direitos humanos. Sua atuação direta no caso das obras de descomissionamento do Sistema Pontal, da mineradora Vale, sintetiza essa relação.

De um lado, o acompanhamento ambiental e a segurança de barragens; de outro, a escuta ativa das comunidades impactadas. Giuliana atua com firmeza, buscando o equilíbrio entre os desafios técnicos e os direitos humanos que estão em jogo.

Em sua avaliação, o acompanhamento das obras do Sistema Pontal, pelo MPMG, consegue trazer segurança suficiente à população, ou ainda há algumas lacunas no processo que precisam ser enfrentadas?

Eu entendo que é uma questão de longo prazo. É um processo longo e complexo; de certa forma, isso acaba frustrando um pouco a população, pois a gente não consegue uma resolução de todas as questões. Estamos caminhando para respostas e aquisição de direitos. Começou com uma ação civil pública bastante complexa, juridicamente, e hoje temos uma sentença para ser executada.

Diante dos precedentes de Mariana e Brumadinho, como tem sido o trabalho para evitar que os erros e omissões observadas nesses casos não se repitam em Itabira?

Após os desastres, a atuação do Ministério Público se voltou muito para essas questões, com estratégias novas. Mariana foi um aprendizado, e Brumadinho, infelizmente, acabou concretizando esse novo tipo de atuação.

Desde 2019, o MP e todas as comarcas com barragens de mineração começaram com um acompanhamento muito próximo da empresa responsável. Isso foi

feito a partir de ações em visitas públicas que combinaram com assinaturas de termos de ajustamento de conduta, para que fosse contratada pela Vale uma empresa de auditoria técnica que responde ao Ministério Público; então, é uma empresa de confiança do MP.

Aqui em Itabira, é a AECOM, uma empresa internacional. Então, desde 2019 a gente tem reuniões mensais para repassar como a mineradora vem atuando frente a essas estruturas, no sentido de conseguir atingir a segurança necessária para que as atividades continuem.

Como o Ministério Público pode garantir que as comunidades sejam realmente ouvidas?

Essa foi a primeira preocupação do Ministério Público quando iniciamos. O processo se baseia na aplicação da lei dos atingidos por barragem, que é uma lei recente, de 2021. Nossa ação civil pública foi a primeira do Estado a utilizar a lei como fundamento. Um direito muito importante trazido por ela é a possibilidade de a comunidade ter a Assessoria Técnica Independente (ATI), uma instituição que dá apoio à comunidade, comunicando o que está acontecendo.

Desde outubro de 2023, após um processo que foi feito para a eleição de uma instituição que foi escolhida pela comunidade, a FIP (Fundação Israel Pinheiro) foi a vencedora e iniciou seus trabalhos. Com isso, temos conseguido garantir a possibilidade de ouvir a comunidade.

“Entendo que é uma questão de longo prazo, é um processo longo e complexo. Isso acaba frustrando um pouco a população”



Giuliana Fonoff é titular da Segunda Promotoria de Justiça de Itabira

A desconfiança das comunidades em relação às mineradoras aumentou consideravelmente nos últimos anos. O que o Ministério Público tem feito para transformar essa desconfiança em um processo mais colaborativo e transparente?

É fato que a desconfiança aumentou, considerando especificamente os desastres de Mariana e Brumadinho. O cumprimento da lei dos atingidos por barragem, com o trabalho da ATI de estreitamento dos laços, não só com o Ministério Público, mas também com a Vale, é o que mais vem contribuindo para superar a desconfiança.

Buscamos sempre informar a população do que está acontecendo de forma muito realista, com o objetivo, inclusive, de não criar expectativas que não serão possíveis de atingir. Esse tipo de atuação coerente ao longo das

“Buscamos sempre informar a população do que está acontecendo de forma muito realista”

ações acaba gerando confiança. Sinto que a credibilidade aumentou entre o MP e os atingidos.

Entendo que a Vale deveria fazer da mesma forma para conseguir estabelecer isso com a população. Tenho incentivado a mineradora a trabalhar dessa forma, com muita comunicação. Cobramos muito informações prévias e verdadeiras para que nada seja feito de surpresa. É um trabalho árduo, que leva tempo, mas eu considero que evoluímos muito do início do processo até hoje.

Câmara de Itabira encerra 2024 com avanços em projetos e diálogo com a sociedade

Legislativo destaca papel fiscalizador e projetos voltados à qualidade de vida da população

Foto: Divulgação/CMI

Com o encerramento do ano legislativo, a Câmara Municipal de Itabira apresentou um balanço de suas atividades em 2024, reforçando seu papel como um dos principais pilares da administração pública local. Foram realizadas discussões relevantes, aprovações de projetos e um número expressivo de reuniões e audiências públicas, mesmo em um ano marcado pelo período eleitoral e desafios estruturais.

“A Câmara de Itabira segue sendo um espaço de diálogo e articulação para o desenvolvimento local”

Números que refletem atuação intensa

Até o mês de novembro, a Câmara promoveu 43 reuniões ordinárias, 20 reuniões extraordinárias e 41 reuniões de comissões, um indicativo do comprometimento dos vereadores em debater e votar questões cruciais para o município. Além disso, foram aprovados 75 projetos de lei, 115 projetos de resolução e 119 indicações, contemplando demandas que impactam diretamente a sociedade itabirana.

No campo do diálogo com a comunidade, duas audiências públicas chamaram atenção. A primeira abordou a descaracterização das barragens da Vale e os impactos na vida dos atingidos, tema de extrema relevância para um município cuja história está profundamente ligada à mi-

“A Câmara também investiu na modernização de suas instalações, adequando o prédio às normas de acessibilidade”



Em 2024, a Câmara Municipal de Itabira realizou 43 reuniões ordinárias até o mês de novembro

neração. Já a segunda tratou da qualidade da água no município, destacando preocupações ambientais e de saúde pública que afetam os moradores.

Avanços em projetos e infraestrutura

Segundo o presidente da Câmara, Heraldo Noronha Rodrigues (Republicanos), a atuação legislativa foi fundamental para promover a transparência e a eficiência no uso dos recursos públicos. “O Legislativo, ao fiscalizar o Executivo e seus secretários, incentiva a Prefeitura

a atender melhor às demandas da comunidade. A boa avaliação de uma gestão muitas vezes é fruto dessa dinâmica positiva, onde a fiscalização firme impulsiona melhorias nos serviços públicos”, avaliou.

Compromisso com políticas públicas

Para além das ações concretas, a Câmara também investiu na modernização de suas instalações, adequando o prédio às normas de acessibilidade e ampliando o atendimento à população. Esses esforços refletem um

compromisso ético e responsável com a sociedade, buscando celeridade nos processos legislativos e fortalecendo o diálogo entre os poderes e os cidadãos.

Com os 17 vereadores alinhados em busca do progresso da cidade, a expectativa é de que os próximos anos mantenham o foco em políticas públicas transformadoras e em soluções para as demandas mais urgentes da população. A Câmara de Itabira segue sendo um espaço de diálogo e articulação para o desenvolvimento local.

Confira a produção legislativa da Câmara de Vereadores em 2024

ATIVIDADE	QUANTIDADE	DETALHAMENTO (SE APLICÁVEL)
Audiências Públicas Realizadas	2	- Descaracterização das barragens da Vale e impactos na vida dos atingidos - Qualidade da água no município de Itabira
Reuniões Ordinárias	43	
Reuniões Extraordinárias	20	
Reuniões de Comissões	41	
Projetos de Lei Aprovados	75	
Projetos de Resolução Aprovados	115	
Indicações Aprovadas	119	

Escola do Legislativo de Itabira encerra 2024 com expansão e projetos de cidadania

Com ações voltadas à formação política e social, a instituição alcançou resultados expressivos, mesmo diante de um ano atípico

A Escola do Legislativo Professor Paulo Neves, vinculada à Câmara Municipal de Itabira, encerrou 2024 com a execução de todos os seus projetos, destacando-se como um pilar de promoção da cidadania e da formação política no município. Apesar dos desafios impostos pelo período eleitoral e pelas obras na sede do Legislativo, a diretora Ana Luiza Torres celebra os avanços alcançados e os planos futuros.

Destaques de 2024

Entre as principais iniciativas, o Parlamento Jovem, considerado o carro-chefe da Escola do Legislativo, mobilizou alunos de seis escolas de Itabira em 2024. O projeto, que incentiva jovens a compreenderem a política e a se envolverem em debates de relevância social, foi considerado um sucesso. Segundo Ana Luiza, a meta para 2025 é ainda mais ambiciosa: "Pretendemos ampliar para dez escolas no próximo ano, aproveitando as novas instalações da Escola do Legislativo".

Outro destaque foi o projeto Ativar a Cidadania, que promoveu debates em escolas sobre temas relevantes, sempre com a participação de profissionais especializados. Essa iniciativa buscou aproximar os jovens das discussões sociais, incentivando o pensamento crítico e o engajamento cívico.

A Escola também esteve presente no Encontro Nacional de Escolas do Legislativo, onde, além de promover intercâmbio de ideias, firmou parcerias para trazer novos projetos ao município. Cursos de capacitação para servidores públicos e ações de conscientiza-

"A Escola do Legislativo de Itabira continua a consolidar sua relevância como agente transformador"

ção, como as campanhas do "Outubro Rosa" e "Novembro Azul", complementaram a agenda de 2024, reforçando o compromisso da Escola com a formação e o bem-estar da comunidade.

Educação para a cidadania

Desde sua fundação, a Escola do Legislativo tem como objetivo principal educar para a cidadania. Por meio de projetos como o Câmara Escola, transforma o plenário da Câmara em uma sala de aula, permitindo que estudantes conheçam de perto o funcionamento do Poder Legislativo.

Nessas atividades, os vereadores compartilham suas experiências, respondem a perguntas e abordam temas como o papel do legislativo e a participação popular na formulação de políticas públicas.

A Escola do Legislativo também participa do Parlamento Jovem de Minas, um projeto de formação política promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Foto: Divulgação/CMI



Entre as suas atividades, a Escola do Legislativo oferece cursos de capacitação para os servidores da Câmara de Vereadores de Itabira

Foto: Divulgação/CMI

"A principal contribuição da Escola do Legislativo é transformar informação em conhecimento e promover a conscientização dos cidadãos"



Lançamento do programa Parlamento Jovem 2024 na Câmara Municipal de Itabira

Ministério Público pede realocação urgente de famílias em risco por obras da Vale em Itabira

Pedido inclui indenizações e medidas urgentes para proteção de 22 imóveis em risco crítico de desabamento

Foto: Ascom/ATI/FIP

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) protocolou no dia 29 de novembro um pedido de cumprimento provisório de sentença contra a mineradora Vale, exigindo a realocação definitiva de famílias que vivem em pelo menos 22 imóveis com risco crítico ou gravíssimo de desabamento em Itabira. As residências estão localizadas em áreas

impactadas pelas obras de descaracterização do Sistema Pontal, sob responsabilidade da mineradora.

Entre as medidas solicitadas pelo MPMG estão: realocação definitiva e pagamento de indenizações mínimas de R\$50 mil por família; auxílios financeiros mensais e acompanhamento psicológico aos atingidos; dentre outras.

“As residências estão localizadas em áreas impactadas pelas obras de descaracterização do Sistema Pontal”

Risco iminente e sofrimento psicológico

Segundo relatórios técnicos da Assessoria Técnica Independente (ATI) da Fundação Israel Pinheiro (FIP) e da Defesa Civil de Itabira, os imóveis apresentam riscos extremos, causando intenso sofrimento psicológico aos moradores.



Obras de descaracterização do Sistema Pontal, da Vale, causam impactos aos moradores dos bairros Bela Vista e Nova Vista

Vale inicia desenvolvimento de unidade nos EUA para produzir briquete de minério ferro

Em nota, a Vale detalha que a planta será instalada na região de River Parishes, ao longo do Rio Mississippi

Foto: Divulgação/Vale

Após negociações com o Governo dos Estados Unidos, a mineradora Vale dará início à primeira fase do desenvolvimento de uma planta industrial no estado da Louisiana. Em 2025, a empresa aplicará R\$ 3,8 milhões dos fundos concedidos em estudos de engenharia.

A Vale firmou um acordo que prevê alocação de US\$ 282,9 milhões até 2031. A concessão é feita à Vale USA LLC, afiliada integral da Vale. Em nota, a multinacional brasileira detalha que a planta será instalada na região de River Parishes, ao longo do Rio Mississippi, para favorecer o acesso a consumidores finais no mercado americano.

O projeto produzirá briquete de minério de ferro e a capacidade prevista é de 1,5 milhão de toneladas por ano, com potencial de expansão.

“O projeto produzirá briquete de minério de ferro e a capacidade prevista é de 1,5 milhão de toneladas por ano”



O briquete de ferro oferecerá reduções de CO2, óxidos de enxofre e óxidos nitrosos, além de usar menos água na produção

TRANSPARÊNCIA

QUE FAZ A DIFERENÇA

2024 foi um ano intenso! Muita fiscalização, criação de leis e conquistas para Itabira. Tudo com transparência, ética e participação popular para melhorar a saúde, a educação, a infraestrutura e muito mais! Mas o importante mesmo é gerar melhorias para a vida da nossa gente. E 2025 vem aí com ainda mais oportunidades de melhorias.

Acompanhe, participe das decisões e ajude a construir uma Itabira cada vez melhor.



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Divulgação/DER-MG



Mais pedágios em Minas: rodovias de acesso ao aeroporto e Serra do Cipó podem ter cobrança

Os trechos da Linha Verde (MG-010), MG-424 e LMG-800 podem ser concedidos à iniciativa privada e gerar a instalação de 13 pedágios nas rodovias que dão acesso ao Aeroporto de Confins, Serra do Cipó e cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A proposta é do Governo de Minas.

Ao todo, 13 cidades são cortadas pelas estradas e o projeto deve impactar a vida de 3,2 milhões de habitantes. Ainda não há previsão do valor dos pedágios. O contrato com as empresas que vencerem a concessão prevê investimentos de R\$ 3 bilhões ao longo de 30 anos.

Secult vai repassar R\$ 250 milhões para a promoção do turismo nas cidades históricas de Minas em 2025

A Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG) se reuniu com representantes de municípios integrantes da Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais (ACHMG) e anunciou novidades para a promoção e o fortalecimento da cultura e do turismo no estado a partir de 2025.

No ano que vem, a Secult repassará aos municípios mineiros um total de aproximadamente R\$ 250 milhões, divididos entre o programa de fortalecimento do turismo, o +Turismo, do ICMS Patrimônio Cultural e dos editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



Foto: Ascom/PMJM



Abandono de dois filhotes de cães provocou multa de R\$ 28 mil em João Monlevade

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de João Monlevade aplicou uma multa de 100 Unidades Fiscais do Município (UFPM), que equivale à de R\$ 28.488,00, a um tutor por abandono de dois filhotes de cães na Serra do Seara.

Além da multa, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de João Monlevade registrou um boletim de ocorrência junto à Polícia Ambiental, e o tutor será convocado para prestar esclarecimentos. Ele teve 15 dias para recorrer da multa, mas não apresentou defesa dentro do prazo estipulado.

Livro "Turismo nas Mais Belas Cachoeiras de Conceição do Mato Dentro" é lançado

A cidade de Conceição do Mato Dentro, reconhecida como a capital mineira do ecoturismo, agora conta com uma publicação sobre as suas belezas naturais: foi lançado o livro "Turismo nas mais Belas Cachoeiras de Conceição do Mato Dentro", de autoria da empreendedora conceiçonense Shirley Barros.

A obra é uma experiência sensorial que conecta o leitor à beleza exuberante e à tranquilidade das cachoeiras da região. Cada capítulo do livro revela a história das cachoeiras e oferece uma experiência interativa por meio de QR Codes exclusivos.

Foto: Divulgação/Vitor Maciel



NOTÍCIAS DA MINERAÇÃO

www.defatoonline.com.br

Foto: : Divulgação/MPMG



Ministério Público e Anglo American firmam acordo para reassentamentos em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas

Ministério Público, Estado de Minas Gerais e Anglo American firmaram acordo para reassentamento de comunidades atingidas pela barragem do empreendimento Minas-Rio, nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas.

Entre as principais obrigações, a Anglo American viabilizará o reassentamento das famílias e promoverá medidas de assistência, compensações financeiras e reposição de serviços públicos como saúde, educação e saneamento básico. Ao todo, o valor do acordo pode chegar a R\$ 900 milhões.

Vale inicia o comissionamento do projeto Capanema, entre Santa Bárbara, Ouro Preto e Itabirito

A Vale iniciou o comissionamento do projeto Capanema Maximização, localizado a 80 quilômetros de Belo Horizonte, entre os municípios de Santa Bárbara, Ouro Preto e Itabirito, em Minas Gerais. A unidade integra o complexo operacional da mineradora em Mariana e visa adicionar aproximadamente 15 milhões de toneladas por ano de produção de minério de ferro.

A operação será a umidade natural, sem adição de água no processo e sem a geração de rejeitos, eliminando a utilização de barragem de rejeitos.

Foto: Samuel Souza/Vale



Foto: Divulgação/Anglo American



Anglo American conclui acordo para incorporar a Serra da Serpentina ao projeto Minas-Rio

A Anglo American adquiriu os recursos minerais da Serra da Serpentina, da Vale. Com essa transação, o novo corpo mineral será integrado ao empreendimento Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, que continuará a ser controlado, administrado e operado pela Anglo American.

A Vale transferirá os direitos minerais e propriedades da Serra da Serpentina e pagará US\$ 157,5 milhões para adquirir uma participação acionária de 15% do projeto Minas-Rio, com opção de adquirir uma participação adicional de 15%.

Ministério Público quer R\$ 20 milhões em indenização da AngloGold por acionamento indevido de sirenes em Santa Bárbara

O Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública contra a AngloGold Ashanti por acionamento indevido de sirenes ocorrido em 29 de outubro, por volta das 14 horas. O sistema foi instalado pela mineradora para alertar as pessoas que sobre um possível risco de rompimento da barragem CDS-II, localizada em Santa Bárbara.

O alarme, ouvido por moradores no distrito de Brumal, gerou pânico e desespero entre a população. Devido aos transtornos, o MP quer indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 20 milhões.

Foto: Reprodução/Redes sociais

